

# não fica abaixo de 8,1%

**A previsão é do Ministério da Fazenda, que já está lutando para que a inflação em julho fique entre 8,5% e 9,0%, e para que os preços não cresçam mais que 200% este ano. O governo acha que o combate à inflação daria melhores resultados se tivesse mais apoio, especialmente do setor financeiro.**

A inflação deste mês não será inferior a 8,1% (o que deixará a correção monetária acima de 7,7% e o rendimento nominal das cadernetas de poupança acima de 8,2%). E agora o Ministério da Fazenda já se empenha para que a taxa de julho fique entre 8,5% e 9,0%. Ao mesmo tempo em que no Palácio do Planalto se afirma que a política de preços será atenuada este mês, fontes da Fazenda reclamam que nem todos os setores da sociedade têm colaborado para a queda da inflação, especialmente o setor financeiro, mais interessado em obter ganhos adicionais com a correção monetária.

Segundo assessores do ministro Francisco Dornelles, julho será um mês essencial para verificar se a inflação este ano ficará mesmo entre 180% e 200% — o que, no Palácio do Planalto, já é considerado uma vitória, ante as previsões feitas no início do ano de uma inflação de 400% a 500% para 1985.

No entanto, apesar de a política de controle de preços ter dado resultados positivos para conter as altas especulativas, conseguindo taxas bem menores que as observadas nos últimos dois anos da gestão do ex-ministro Delfim Neto, agora se verifica que a inflação parece retomar uma tendência ascendente: 7,2% em abril, 7,8% em maio, prevenindo-se uma taxa superior a 8,1% para junho e de 8,5% a 9,0% para julho.

Seja como for, o ministro Francisco Dornelles pretende dar seqüência à política de controle de preços. Hoje, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços deverá autorizar a liberação do estoque de cebola do governo, para atenuar pressões altistas do produto em alguns Estados. A Fazenda constatou que efetivamente, alguns produtos hortigranjeiros continuam pressionando o ICV (índice do Custo de Vida).

Por sua vez, o ministro do Planejamento, João Sayad, disse ontem, após audiência com o presidente José Sarney, que os preços dos produtos e serviços prestados pelas empresas estatais serão reajustados para recompor a sua capacidade de investimentos e mesmo para cobrir os seus custos mas que isto ocorrerá de maneira gradual, para não exacerbar os índices inflacionários nos próximos meses.

Em Belo Horizonte, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, admitiu ontem que o governo poderá "espichar" o próximo reajuste de derivados de petróleo para depois do dia 20 de julho, e este reajuste será o menor possível: "Se não dessemos o mínimo, não estariamos contribuindo para que o País possa reduzir o ritmo inflacionário".

Em consequência, a Petrobras está "engolindo" os custos de caixa e reduzindo sua capacidade de investimentos. "Estamos com um bom nível de produção interna de petróleo, e por isso podemos aguentar esta defasagem dos preços em relação que já é alta."

Aureliano disse não compreender — "minha cabeça entra em parafuso" — as críticas feitas à Petrobras, "uma empresa eficiente, que pesquisa petróleo em áreas difíceis e a preços competitivos no mercado internacional".

# A inflação este mês

Explicou que todo o dinheiro obtido pela Petrobras com a venda de combustíveis é recolhido ao Banco Central, que determina o destino destes recursos, muitas vezes para a compra de títulos do governo para que não haja expansão da base monetária. Os recursos da empresa são também reinvestidos em pesquisa e seus tetos de investimentos são determinados pelo governo federal.

## Energia elétrica

Aureliano Chaves disse também que o reajuste de tarifas elétricas determinado pelo governo apenas amenizará a situação financeira das empresas vinculadas à Eletrobrás. Advertiu que se estas empresas não forem capitalizadas pelo governo, ou elas entrarão em colapso ou as tarifas ficarão insuportáveis para o consumidor brasileiro. Disse que quer transformar em capital as divisas das empresas de eletricidade junto ao sistema bancário oficial. "Mas esta capitalização é uma decisão política do governo federal, que tem inclusive a simpatia dos ministros da área econômica."

De qualquer forma, o governo não pode esquecer que as empresas hidroelétricas foram obrigadas a contrair dívidas externas para resolver problemas na balança de pagamentos. Lembrou que, há 15 anos, 70% dos recursos do setor eram provenientes de fontes próprias, enquanto 30% alocados no Exterior, com juros de 6% e grandes prazos. "Agora, esta situação inverteu-se: não podemos escolher nossos credores, pagamos juros de 12 a 18% e por estas razões as nossas contas não fecham."

Em São Paulo, o presidente da Eletrobrás, Mário Bhering, disse que é insuficiente o reajuste de 22,75% para a tarifa de energia elétrica. Acrescentou que nem mesmo o aumento de 8,5% prometido para julho vai resolver o problema da falta de recursos para o setor. A Eletrobrás receberá Cr\$ 14 trilhões para seus investimentos este ano, o que a obrigará a reestudar projetos em andamento e a serem iniciados, em função de outras prioridades.

O congelamento dos preços da tarifa de energia elétrica significou uma perda de Cr\$ 1,5 trilhão nos últimos três meses, enquanto o orçamento previsto para este ano — calculado em cima de uma taxa inflacionária de 220% ao ano — não prevê nenhum crescimento real das verbas para o setor. A tarifa é considerada por Bhering como absolutamente insuficiente, implicando uma quebra maior da rentabilidade, hoje na casa dos 5%.